

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS & MEDIAÇÕES DE GÊNERO: EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

André Luiz da Costa Gomesⁱ
Joelma Batista do Nascimentoⁱⁱ

Resumo

Este artigo apresenta dados empíricos de uma pesquisa de avaliação da política de finanças solidárias denominada de Fundos Rotativos Solidários (FRS). Neste sentido, por meio de um estudo de corte etnográfico, estão sendo observados os impactos dos FRS a partir de três eixos: renda, território e gênero. As comunidades foco da pesquisa empírica são Sitio Macaquinhos, Sitio Camará e Assentamento Irmã Dorothy, localizadas no agreste do estado da Paraíba. As indagações centrais que o projeto inspira remetem às ressignificações das relações de gênero incitadas pelos FRS e o desenvolvimento do território considerado em sua historicidade, ancestralidade, ecossistema e relações de poder. Deste modo indagamos: qual o papel da mulher nos Fundos Rotativos Solidários? Como as diferenças de gênero se revelam? De que forma a política dos FRS potencializa uma remodelação ou reproduz a cultura das relações de gênero no universo rural? Como a política potencializa novas relações entre Homem e Natureza? Quais as ligações entre as relações de gênero e o desenvolvimento do território?

Palavras-chave: Fundos Rotativos Solidários; gênero; desenvolvimento; território.

Abstract

This paper presents empirical data from a research policy evaluation solidarity finance called Solidarity Revolving Funds (GRF). In this sense, through an ethnographic study of court, being observed impacts of FRS, from three areas: income, gender and territory. The focus of empirical research communities are monkeys Site, Site Camara and Settlement Sister Dorothy located in the rugged state of Paraíba. The central questions that relate to the design inspired reinterpretation of gender relations incited by the FRS and the development of the territory considered in its historical, ancestry, ecosystem and power relations. Thus we ask: what is the role of women in the Revolving Funds in Solidarity? As gender differences reveal themselves? How the politics of FRS leverages a remodeling or reproduces culture of gender relations in rural universe? As the new policy strengthens relationships between Man and Nature? What are the links between gender relations and the development of the territory?

Key-Words: Solidarity Revolving Funds; gender; development; territory.

INTRODUÇÃO

As questões do desenvolvimento e da identidade da nação sempre acompanharam a trajetória das Ciências Sociais no Brasil desde o final do século XIX e ao longo do século XX. Nesta perspectiva, podemos resgatar os primeiros intelectuais que se aventuraram a construir teorias sobre o Brasil, dentre eles destacamos, Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, dentre outros. Segundo Mariza CORREA (1987), neste contexto situado entre a proclamação da república e a abolição da escravatura, “grandes sínteses”, avaliações globais sobre a sociedade brasileira, foram realizadas por autores preocupados em elaborar uma teoria sobre a formação da nação brasileira, sobre o processo de desenvolvimento econômico e sobre a identidade nacional. Gerações posteriores representadas por Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda, dentre outros, pensaram a nação a partir de diversas perspectivas, contudo, a partir de um determinado modelo de modernização e desenvolvimento que refletia o padrão de desenvolvimento dos países europeus, notadamente Inglaterra e França, e também os Estados Unidos. Uma visão crítica sobre a nação e o seu desenvolvimento desigual foram formuladas por Florestan Fernandes, Oliveira Viana, Celso Furtado e Josué de Castro.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek foram executados planos de desenvolvimento fundamentado em vetores tais como processo de industrialização, expulsão da população rural, urbanização acelerada das grandes capitais, no controle social de grupos étnicos e a realização de grandes obras de infraestrutura, como a construção de estradas, barragens e usinas hidrelétricas. O referido modelo de desenvolvimento consolida-se no governo dos militares, caracterizado por um período acelerado de crescimento econômico entre os anos de 1968 a 1974, seguido por uma grave crise econômica e social. Trata-se de uma visão desenvolvimentista inspirada em modelos exógenos. Vejamos por exemplo, a teoria de ROSTOW (1981), de caráter evolucionista e unilinear. Segundo o autor, existem etapas de desenvolvimento econômico pelas quais todas as sociedades inexoravelmente tendem a passar. Para tanto, enquadra as sociedades a partir da dimensão econômica em cinco categorias:

- 1) As sociedades tradicionais: tratam-se das sociedades agrícolas que têm sua produção limitada e uma ciência de tecnologia pré-newtonianas, em que as mudanças sociais são lentas e a estrutura social e valores morais são bastante rígidos, sendo controlada pelos poderes locais;
- 2) Sociedades com pré-condições para o arranco: apresentam inovações tecnológicas, fruto da ciência moderna, e apresentam novas atividades econômicas, como o comércio e a manufatura, tratando-se de sociedades de transição - ou pré-capitalistas – submetidas ao Estado nacional;
- 3) Sociedades de arranco: apresentam uma revolução tecnológica que resulta na emergência das sociedades industriais e, em decorrência disso, de mudanças profundas na estrutura econômica, social e política;
- 4) Sociedades em marcha para a maturidade: calculadas para desenvolver-se nos sessenta anos após o arranco, onde a economia absorve os recursos mais avançados da tecnologia moderna;
- 5) Finalmente, a “Era do Consumo de massa” em que o desenvolvimento é baseado na produção de produtos duráveis de consumos e no setor de serviços, produzindo excedente para recursos à assistência social.

Os projetos de desenvolvimento executado em vários países a partir do modelo exposto acima – de viés estritamente econômico – acentuaram as crises sociais, econômicas (1870-80, 1920, 1970, 2000) e ambientais que são endógenas ao processo de acumulação capitalista. Este modelo de desenvolvimento de caráter universal será questionado a partir do final dos anos 1960 e a publicação de referência encomendada pelo Clube de Roma intitulada “Os limites do crescimento” de 1972. No início dos anos 1980 o conceito de “desenvolvimento sustentável” ganha visibilidade com o Relatório de Brundtland. A significação do conceito está no fato de incorporar uma crítica ao desenvolvimento estritamente econômico, assegurar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades. Ademais, chama a atenção para a necessidade de equilibrar economia, ecossistema e a participação democrática da sociedade nos processos decisórios.

Assim, podemos considerar que, nos dois séculos anteriores, a visão que predominou sobre o desenvolvimento foi a economicista. No século XXI, diante das várias crises econômicas, ecológicas e da pressão dos movimentos sociais no campo e na cidade, podemos notar noções que se contrapõem a essa visão, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento com foco no território.ⁱⁱⁱ No Brasil, a questão do desenvolvimento planejado a partir da localidade e do território, da cultura e da tradição vai ser considerada a partir dos anos 1996, Milton Santos sendo um autor de referência. Neste caso, o desenvolvimento com foco no território vem a responder ao problema da concentração fundiária, dos conflitos agrários e ambientais, das condições de vida de milhares de pequenos agricultores ainda expropriados de suas terras em algumas regiões do país, a exemplo do Vale do Piancó, maior produtor de arroz vermelho no alto sertão da Paraíba.

A concentração fundiária e a exclusão de pequenos produtores aliados dos processos de decisão são fruto da política fundiária executada a partir do período da colonização do território sobre o qual se institucionalizou a nação brasileira (FERNANDES et al, 2012). Neste sentido, as desigualdades foram se construindo por meio de relações de dominação e resistências no território brasileiro, intensificando as desigualdades comandadas pela reprodução ampliada do capital, ao centralizar territórios e tecnologias nas mãos de poucos. Um dos movimentos camponeses mais atuantes do Brasil – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – tem feito da ocupação de terra a principal forma de acesso à terra no Brasil e graças a essas ações a reforma agrária tem sido mantida na pauta política do governo brasileiro.

Nesse contexto, o Estado tem tomado posições por diversas vezes a favor do agronegócio devido à predominância do paradigma do capitalismo agrário nos ministérios e à pressão agressiva do poderoso setor da agricultura convencional. Por outro lado, ele cria e implanta políticas para o reconhecimento e desenvolvimento dos territórios camponeses somente via pressão popular.

Inserido nessa conjuntura, o Nordeste, cuja agricultura camponesa é bastante representativa, tem enfrentando ao longo de várias décadas os latifundiários para garantir o direito de permanecer nas terras e produzir para se auto-sustentar. A especificidade dessa região está na falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato, sem mencionar a falta de acesso à própria terra a despeito das reformas agrárias realizadas oficialmente. Segundo Fernandes et al (2012),

O aspecto singular da questão agrária da região Nordeste é a falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do

campesinato, a região conta com 50% do campesinato brasileiro. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo, o bolsa família. Ainda, parte desses camponeses migram para a região concentrada para trabalhar no corte da cana, e nas colheitas de laranja e café. Mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. Esta também é a realidade das outras regiões, o que nos leva a reconhecer a importância estratégica da agricultura camponesa para o desenvolvimento do Brasil. A ação do agronegócio na região é – também – a produção de *commodities* para exportação. A região Nordeste é marcadamente uma região agrícola agroexportadora, em que o “*coronelismo*” sempre se beneficiou desta condição. A exclusão dos agricultores famílias da região Nordeste fica ainda pior com a expropriação causada pela expansão da soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Ainda o processo recente de estrangeirização da terra por empresas e governos da China e países árabes tem criado novos elementos da questão agrária. Também o monocultivo de árvores para produção papel para exportação tem expropriado e subalternizado populações camponesas e indígenas. Para os think tanks do agronegócio, o Nordeste é uma região secundária, por conter o maior número de estabelecimentos do país e ser responsável por apenas 20% do valor bruto da produção nacional. Evidente que a partir de uma lógica que tem como padrão a concentração e a centralização, a região Nordeste não é modelo para o agronegócio. Todavia, este é um setor do capital que mais tem crescido na região.

Neste sentido a política fundiária foi desenhada e executada em consonância com os projetos de modernização baseado na monocultura para exportação, na grande propriedade e na mão de obra escrava. Por contraste foram se desenvolvendo a agricultura em pequena escala de subsistência com diferenciações regionais. Por exemplo, no Sudeste e Sul do país foram se formando pequenas propriedades rurais cooperativas e associativistas a partir da emigração italiana e alemã. No nordeste do país foi se desenvolvendo uma agricultura de subsistência executados por agricultores que não tinham a propriedade da terra, dos recursos hídricos e tampouco tecnologia. Trata-se de uma região caracterizada por uma grande população rural, rendimentos baixos, uso de mão-de-obra familiar, métodos agrícolas rudimentares e colheitas diversificadas, produz especialmente para a dieta regional. Pois, essa aparente dualidade entre agricultura de grande e pequena escala, a opção política do governo por políticas agrárias que fomentam o agronegócio em detrimento dos pequenos produtores rurais e uma reforma agrária ineficiente são a raiz dos conflitos rurais no campo. Nesta perspectiva o relatório do *Internacional Land Coalition* (ILC) de 2012 constata que o Brasil é um país de paradoxos e contrastes,

É, por um lado, uma potência agrícola global emergente, com um espetacular registro de crescimento no decurso das duas últimas décadas, quadruplicando a produção de bens agrícolas e transformando-se num dos principais exportadores mundiais, bem como o maior produtor mundial de biodiesel. Por outro lado, a comunidade camponesa brasileira, que desempenha papel fundamental no suprimento das necessidades alimentares enfrenta, em grande medida, o mesmo tipo de problema com que se deparam os pequenos agricultores dos países do Hemisfério Sul: marginalização crescente, perda de influência nas políticas de desenvolvimento e são vítimas da concentração de terras e de desigualdades cada vez mais intensivas (ILC, 2012).

O intenso processo de modernização ocorrido no Brasil, que possui uma das agriculturas mais avançadas do mundo, mas ainda mantém o uso do trabalho escravo; possui uma agricultura camponesa altamente produtiva, mas ainda não conseguiu realizar seu projeto de reforma agrária; um setor agrícola empresarial com discurso de eficiência e produtividade que não consegue superar a fome e a pobreza, contribuindo, ao contrário, para aprofundar ambos os problemas; ao invés de democratizar o acesso a terra, as políticas agrárias têm ampliado os conflitos por terra por causa da intensificação da concentração fundiária (FERNANDES ET AL, 2012, p. 9).

Os autores atribuem à concentração fundiária e à ineficiência das políticas públicas para a zona rural os vetores dos conflitos contemporâneos no universo rural. Portanto, o *paradigma da questão agrária se define pelas lutas de classes para garantir o acesso a terra e os diversos conflitos na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilize autonomia dos camponeses.*

No estado da Paraíba Emília MOREIRA & Ivan TARGINO (1997; 2007) nos contam que o espaço rural, na região semiárida, organizou-se por várias décadas com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. As lavouras alimentares, por sua vez, eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores).

Portanto, o trabalho agrícola no interior das grandes propriedades estava estruturado em torno dos sistemas de moradia, de parceria e arrendamento, podendo ser encontradas as mais diferentes combinações: morador/parceiro, parceiros/arrendatários, parceiros ou arrendatários que possuíam moradores (no caso de arrendamentos de áreas maiores).

De fato, a grande mudança na agricultura regional vai ocorrer a partir de 1985, com a disseminação do bicudo. Esta praga irá impor a quase completa extinção da cultura do algodão em todo o semiárido paraibano. Com isso há uma quebra na estrutura organizacional da agricultura do semiárido, uma vez que era essa cultura que garantia a viabilidade econômica da parceria e do arrendamento na região. Não bastassem esses fatores, a região foi afetada por sucessivos períodos de secas, que impuseram graves prejuízos à agropecuária

regional. Nas duas últimas décadas do século XX, foram registradas secas em 1983, 1989-93, 1998-99.

Na tentativa de superar os graves problemas que afetam a população rural na região semiárida, tem se verificado um crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra e água. Por sua vez, pressionado pela ação reivindicatória dos movimentos sociais ou pelas exigências de cumprimento de metas estabelecidas, o Estado, particularmente na segunda metade dos anos 90, executou medidas de política fundiária que resultaram na ampliação do número de assentamentos na região.

Conforme Emília MOREIRA e Ivan TARGINO (2007) em artigo intitulado “*De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano*” atribuem a intervenção do Estado no campo fundiário, da região semiárida paraibana, a duas ordens de fatores: a primeira está relacionada ao fato do processo de modernização da agricultura, causa principal da expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais, ter se dado de forma muito restrita no semiárido; a segunda é a atuação bem mais modesta dos movimentos sociais, particularmente da igreja católica (que tem maior atuação no estado), e do movimento sindical na região semiárida nas décadas de 70 e 80 do século XX.

É justamente nesse campo de resistências que se vai construindo a identidade da agricultura familiar na região. Tanto sindicatos como associações comunitárias, serviços pastorais e organizações de apoio vão estabelecer novos padrões organizativos, técnicos e de intervenção política para o fortalecimento da agricultura familiar, mediante as políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal. Dentre estas políticas, podemos citar os Fundos Rotativos Solidários (FRS), que se caracterizam, na versão contemporânea, de acordo com GONÇALVES (2010), como uma política pública de desenvolvimento com foco no território destinada aos pequenos agricultores beneficiários de programas, como por exemplo, o Programa Bolsa família (PBF) ou Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa política de finanças com apelo à solidariedade se insere no campo das políticas em economia solidária.^{iv}

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO ESTADO DA PARAÍBA

Les hommes des sociétés sauvages ou traditionnelles n'ignoraient pas l'intérêt matériel. Mais ils se refusaient à légitimer son autonomisation (CAILLÉ, 2003).

Segundo DUQUE & OLIVEIRA (2007), os FRS nasceram das vivências tradicionais de reciprocidade na zona rural, a fim de garantir a sobrevivência imediata de famílias de pequenos agricultores, como por exemplo, o compartilhamento de água e os mutirões para a construção ou manutenção de bens comuns (estradas, açudes, poços).

Os Fundos Solidários estão associados às lideranças camponesas, ao Movimento dos Sem Terra, entidades como, a Articulação do Semiárido (ASA/PB), Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), Cáritas e ao Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC). Na fase inicial, os FRS foram destinados ao programa de construção de cisternas construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia. A experiência piloto com a política dos FRS foi desenvolvida na

comunidade de Caiçara, no município de Soledade, no ano de 1993 – ano de seca na região, onde os Fundos foram aplicados na construção de cisternas.

A partir do ano de 2003 a prática dos FRS foi institucionalizada no aparelho do Estado com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A partir de então, houve a inclusão da economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal (2004/2007 e 2008/2011), por meio do Programa Economia Solidária e Desenvolvimento, com a destinação de recursos públicos do Orçamento Geral da União, além de outros programas que foram criados no Governo Federal que apoiam a economia solidária.

No aparelho do Estado, via SENAES, os Fundos foram ressignificados como instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades que em tese praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança e que decidem (re) investir parte desta em prol da própria comunidade. Estes podem ser caracterizados também como uma forma de associação de crédito rotativo (DUQUE & OLIVEIRA, 2007).

Durante a maior parte da década de 80, os recursos repassados aos Projetos Alternativos Comunitários (PAC's), os quais foram criados pela Cáritas e recebem grande parte de recursos da cooperação internacional e organismos multilaterais, não tiveram exigência de retorno. Contudo, no início dos anos 90, por exigência dos organismos de cooperação internacional, a disponibilização de novos recursos destinados a apoiar os PAC's ficaram condicionados às regras que estabeleciam a devolução monetária do valor financiado por parte dos participantes. Diante das circunstâncias, surgiram variadas metodologias e práticas voltadas à obtenção e retorno dos recursos investidos pela comunidade. Uma delas propunha que o retorno dos recursos investidos fosse utilizado no fomento de fundos administrados, quer pelas unidades de apoio, quer pelas próprias comunidades, podendo ainda ser realizado por meio de produtos, prestação de serviços, repasse de crias de animais por outras famílias, práticas de trocas de produto, bancos de alimento e moeda nacional, entre outros (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL, 2007, p. 40-41).

Partindo, portanto, desse contexto macro político de institucionalização da economia solidária, mediante a formação da SENAES, a presente pesquisa no Agreste do Estado propõe avaliar, por meio de uma perspectiva etnográfica, as ressonâncias da política dos FRS nas condições de vida dos assentados das comunidades situadas no município Remígio, nas comunidades: Sítio Macaquinhos, Sítio Camará e assentamento Irmã Dorothy. O foco da avaliação foi estabelecido a partir de três eixos: gênero, território e renda. Neste sentido, as questões fundamentais da pesquisa são: como se dá a relação de gênero nessas comunidades de agricultores(as) e a remodelagem que os FRS poderão dar ao modelo familiar e comunitário e à participação da mulher na família. A linearidade entre homens e mulheres no âmbito econômico, comunitário e social, melhoria da renda familiar, desenvolvimento econômico. Norteados a partir de algumas indagações: qual o papel da mulher nos Fundos Rotativos Solidários? Quais as dificuldades encontradas por essas mulheres no cenário rural dentro do FRS? Como as diferenças de gênero se revelam no cotidiano das atividades financiadas pelo FRS? Qual interação se construiu entre os agricultores familiares e o meio ambiente após a implantação dos empreendimentos do FRS? A pesquisa é financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba, junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

METODOLOGIA

A primeira fase da pesquisa consistiu em uma rodada de reuniões de aproximadamente seis meses no âmbito do Grupo de Estudo sobre microfinanças e finanças solidárias da UFPB que aborda especialmente os FRS. Nesta fase foram debatidos vários autores que tratam da temática de microfinanças, economia solidária e finanças solidárias. Ao longo deste período discutimos a aproximação etnográfica e dinâmica da pesquisa *in loco* que envolveu a observação direta, conversas informais e duas Oficinas. Outrossim, foram utilizados dados de pesquisas anteriores realizadas na mesma localidade.

Nas pesquisas anteriores de caráter etnográfico e avaliativo dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) na Paraíba, coordenada pela Professora Dr.^a Alícia Ferreira Gonçalves desde 2008, vinculada a Universidade Federal da Paraíba, os principais objetivos desses estudos foram apreender o **desenvolvimento social, territorial e os impactos nas questões de gênero**. Em decorrência dessas pesquisas entre os anos de 2008 a 2010 foi elaborado pelos pesquisadores e organizado pela coordenadora dos projetos um Dossiê sobre Avaliação em Políticas públicas, contemplando vários artigos, entre eles os de Michelle Nunes Rufino, “Desenvolvendo métodos avaliativos para o estudo de uma política social: a dinâmica dos indicadores locais”; de Paulo Aldemir Delfino Lopes e Vinicius Gabriel da Silva, “Políticas públicas de desenvolvimento local: a prática dos fundos rotativos solidários, avanços e desafios”; de Fabrícia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio e Aline de Souza Vieira, “Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba”, que buscou avaliar os impactos no desenvolvimento social. Estes trabalhos propunham realizar o mapeamento e a construção de indicadores locais quanto às condições de vida das comunidades estudadas, bem como as suas possibilidades de sustentabilidade. Outro indicador expressivo foi o de gênero, visando compreender a participação das mulheres na política dos Fundos e os impactos (ou não) nas relações de gênero com recorte empírico em comunidades de assentados situadas no entorno do Município de Santa Cruz, no sítio Tigre, situado no Alto Sertão Paraibano. O presente trabalho também tem como foco e recorte o papel da mulher nos Fundos e as possíveis mudanças e remodelagem nas questões de gênero nas comunidades estudadas, com uma pequena especificidade: trata-se agora do Agreste paraibano.

A pesquisa de campo foi realizada no período entre 10 a 16 de abril de 2012 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na zona rural de Remígio. As observações, conversas informais, entrevistas e oficinas foram realizadas no STR e nas comunidades supracitadas com a mediação de atores políticos do STR e das lideranças rurais. Foram realizadas duas oficinas, coordenada pelo pesquisador André Luiz Gomes da Costa e a respectiva orientadora no sindicato com a presença de mais de 53 agricultoras e agricultores. A Oficina, a partir de um roteiro elaborado pelo pesquisador, abordou a gestão do Fundo e relações de gênero. Após a Oficina foram realizadas nove entrevistas qualitativas, que abrangeram vários perfis: jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. Mulheres que são consideradas lideranças e coordenam os FRS nos assentamentos.

A partir da metodologia empregada e dos dados empíricos extraídos da pesquisa de campo nos permitimos realizar algumas inferências sobre a experiência contemporânea de Remígio e das comunidades que participam dos FRS, tendo em perspectiva as ligações entre gênero, renda e desenvolvimento do território.

A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA DOS FRS NO AGRESTE PARAIBANO

O município de Remígio se localiza a 147 km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é polarizada por Campina Grande segunda maior cidade do estado, faz parte do complexo da Borborema. A sua população é de 17.581 habitantes, quais estão divididos numa área de 178 km², seu bioma é a caatinga. Trabalha com agropecuária 3.666 habitantes, a maior parte da população trabalha com serviços sendo 56.115 habitantes, no município encontramos 56 escolas, só duas voltadas para o ensino médio. Também encontramos 9 pontos de saúde, sendo 8 municipais e nenhum estadual ou federal.

A região do agreste paraibano é representada por homens e mulheres do campo com baixa escolaridade, em sua maioria de religião católica. Mesmo com as adversidades apresentadas na relação de quem sobrevive no campo, incentivam seus filhos a estudarem, não permitindo que eles se afastassem dos estudos, que em sua maioria são cursos ligados ao campo. Esse diagnóstico é comum, muitos jovens que atingem o ensino superior não querem ficar preso ao trabalho na “roça” ou voltar para o assentamento de origem, como podemos observar no relato de um pequeno agricultor entrevistado,

(...) “Enviei meu filho para estudar em Areia, para ele poder cuidar da terra, mas ele não quer voltar, sempre diz que não tem vontade de cuidar desse chão, muitos filhos daqui ao redor abandonam o local de origem” (...) M. S. S. B. Sitio Macaquinhos (12/04/12).

Nessas comunidades os FRS financiam as atividades de tela e ovelha matriz. Discorrendo sobre os FRS e os empreendimentos, as entrevistas foram dinâmicas, todos os entrevistados conseguiram falar desde quando iniciaram e conheceram a ideia do FRS, até como se organizam atualmente, os planos para o futuro sobre os empreendimentos e as falhas que encontraram durante todo o processo. Conforme relato,

(...) “o empreendimento de Tela mudou muitas coisas; podemos plantar ervas medicinais e verduras (cuentro); melhora na alimentação e possibilidade de renda; participo há dois anos, e vi aumento na renda” (...) J.S.M. Sitio Camará (15/04/12).

Para as agricultoras uma das dificuldades da rotatividade está na inadimplência por parte de alguns integrantes, o que dificulta na manutenção do fundo. Por esta razão, existe uma grande fiscalização por parte das lideranças. Elas entendem que formas de organização são necessárias, utilizam modelos de controle como cadernos de anotações, carnês, lista de presença, reuniões mensais, essas medidas sempre são pensadas por elas, para poder ter uma manutenção dos fundos, por entenderem que ocorreram melhorias em suas condições de vida,

“(...) Nós chamamos as família para a reunião {mensal ou em dois e dois meses}; Tem a comissão dos FRS (formada por mulheres que coordenam) As decisões são em assembleia; Anota tudo em um caderninho que se tem a ata, nome, CPF, a lista de espera, quando contribuiu, o FRS, quem está devendo; A maioria da comunidade é depositada na conta do FRS; Sempre quando vai se tomar uma decisão às pessoas do FRS se reúnem”.

“Tem agricultor que foi beneficiado e não contribui com o FRS; Tem pessoas que não respeitam os critérios e as decisões da Assembleia ou da Comunidade ou do FRS; Tem pessoas que vão para a reunião grande para ser beneficiado e depois não aparecem mais na reunião; Essas pessoas que são “veaco” do fundo atrapalha a organização e o pensamento da família; Roubo, assalto nas comunidades, (insegurança no campo)”

“Melhora da renda familiar; auto-estima; a criação de ovelha veio para ajudar; Fortalecer a organização comunitária; Para as mulheres foi muito bom que ela consegue criar sua galinha, peru, para o consumo e para as verduras, ao redor da cerca{plantas medicinais, hortaliça e frutas}; fortalecimento da associação; selagem = alimentos abundantes para os animais (...)”

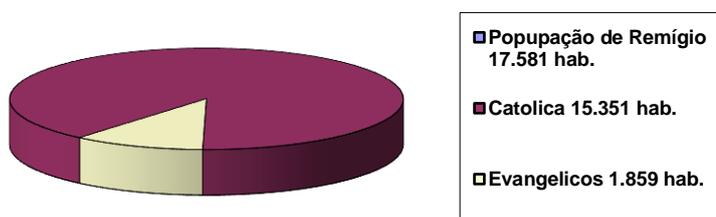
Relatos das agricultoras e agricultores na oficina
no STR - Remígio (10/04/12)

Esses relatos foram colhidos na oficina realizada com os agricultores no STR localizado na cidade de Remígio. Como podemos visualizar eles demonstram dominar o conhecimento da gestão dos FRS. Mencionaram saber do que se trata, como se organizam, e que estão envolvidos e participam nas formas de organizar o FRS e seus empreendimentos. Ademais, dialogam com o seu contexto e a função dos empreendimentos, relatando detalhadamente as mudanças ocorridas desde a utilização do FRS e os problemas. Os mais recorrentes são: assegurar a participação das pessoas, o retorno ao fundo e a insegurança no meio rural,

“A dificuldade é de manter a participação e os pagamentos dos demais membros, o que pode prejudicar a rotação do fundo, e também a questão da segurança, já que muitos locais estão sofrendo com roubos, o qual atrasa e prejudica não só quem foi assaltado, mas todos que fazem parte desse tipo de fundo.” (...)
G. O. A. Sítio Camará (10/04/12).

Essa avaliação é recorrente quando citam os problemas enfrentados, como os assentamentos são localizados em locais distantes, e as áreas não tem iluminações artificiais e públicas, acabam se tornando uma região sem segurança alguma, ajudando para a ocorrência de roubos e furtos, com isso prejudicando alguns empreendimentos que envolvem animais, já que a cada animal roubado, se constrói uma falha na rotatividade do FRS. Os agricultores se colocaram e se sentem participantes dos fundos e da construção dos mesmos empreendimentos, se veem responsáveis pela construção e manutenção e queriam que todos fizessem o mesmo. O agreste paraibano tem grande influência da religião católica, e isso reflete na construção das famílias da agricultura familiar.

“(…) Construí essa capelinha aqui no sítio, todo mês de Maio, ocorre uma linda celebração para Mãe Rainha, sou missionária da Mãe Rainha, as meninas dançam, fazemos uma grande fogueira e queimamos rosas e flores, é muito bonito” (...) M.S.S.B. Sítio Macaquinhos (12/04/12).



Fonte: IBGE 2010 – <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

OS FRS E QUESTÕES DE GÊNERO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO REMÍGIO: MUDANÇAS E/OU PERMANÊNCIAS?

BOURDIEU (1995) analisando a dominação masculina no campo de pesquisa retrata a importância de estarmos atentos a nossa condição de pesquisador. Neste sentido, temos que estar atentos para não sermos influenciados e formados por estruturas sociais e cognitivas, que revelam uma condição de tradição da dominação masculina, aspectos estes que foram interiorizados via *habitus*.

Buscando tal intento, participamos do cotidiano, interagindo com eles em seus espaços, sentamos no chão, fomos à praça, cortamos alimentos e almoçamos na cozinha, andamos a cavalo, participamos da oficina de construção da tela feita pelo sindicato, andamos pela roça, conhecemos “pé de planta” e aceitamos os convites qual fosse ele, e com isso estando presente nos espaços que eles convivem para poder quebrar aquela visão distante da academia com eles, aproximando-nos deles e eles de nós, como diria Roberto CARDOSO DE OLIVEIRA (1999), aproximando nossos horizontes.

Foi feito um círculo com mais de quarenta agricultores e agricultoras rurais, e apresentados os pontos acima citados para iniciar o debate. A maior dificuldade foi fazer os homens participarem, mas as próprias mulheres começaram a provocar os homens presentes, questionando por muitas vezes. As mulheres demonstraram que coordenam muitos espaços de lideranças, tem a diretora do sindicato, vice-presidente da cooperativa do assentamento de Camará, além de serem responsáveis em convencer os maridos a participar do FRS.

Foram realizadas nove entrevistas, seis mulheres e três homens, uma jovem de vinte anos, uma mulher de mais de sessenta anos, três com mais de cinquenta anos, e quatro entre trinta e cinquenta anos, com isso ampliando o campo de coleta podendo assim colher relatos de vários pontos de vistas.

Criou-se um ambiente de tranquilidade para a realização das entrevistas, para que todos os entrevistados e entrevistadas se sentissem a vontade para poder dialogar, e, com essa intenção foi pensado o roteiro que fosse dividido em três blocos, aos quais não demonstrasse cansaço e nem que ficassem tendenciosas as questões. A biografia dos entrevistados foi algo bem abordado, permitindo que o pesquisador soubesse enquadrar minimamente o tamanho de influência que os empreendimentos do FRS têm dentro dessas famílias de agricultores, se situar no campo e saber absorver durante as entrevistas e diálogos os pontos de vista dessas pessoas, foi um grande desafio para que todo esse material pudesse ser trabalhado durante as análises a fim de tornar inteligível a prática dos fundos na vida das famílias.

Conforme a II Conferência de Economia Solidária no Brasil, a Economia Solidária implica na criação de condições para superação das relações de subordinação e o exercício de suas potencialidades emancipatórias.

A finalidade da Oficina foi realizar em conjunto com as famílias uma reflexão sobre as ressonâncias dos FRS no cotidiano, enfatizando, os efeitos nas relações de gênero. Para tanto, formulamos um roteiro:

Primeiro quadro: A relação de gênero
Família e as suas relações; Reflexos dos impactos do FRS nas relações de gênero; Assentamento e as suas relações;
Segundo quadro: Público x Privado
Papéis sociais Esfera privada = reprodução Esfera pública = produção “Visão dos homens sobre as relações”
Terceiro quadro: A mulher e o seu papel
Esfera privada - Família – Filhos / Casamento; Esfera privada - Trabalho – Afazeres domésticos/agricultura; “Ligações entre essas atividades” Dupla jornada de trabalho
Quarto quadro: O homem e o seu papel
Família – Filhos / Casamento; Trabalho – Afazeres domésticos/agricultura; “Papel de responsável pelo sustento da família”
Quinto quadro: Reflexos dos FRS nas mulheres
Esfera pública: mulher rural adentrando na esfera pública Mudanças reais? Novo papel para as mulheres nas suas decisões e autonomia familiar? Solidariedade e auto-organização femininas?

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando questionadas sobre as suas relações na família, especialmente com seus companheiros, elas disseram que algumas coisas mudaram na percepção dos esposos, mas que é uma coisa que está se modificando ainda. Quando as mulheres estavam dando suas opiniões, alguns homens se retiraram dos espaços, tentando dificultar a participação das mulheres,

“(…) Os homens falam “já que elas querem agora mandar, que façam as coisas”, mas o incentivo do FRS nessa relação é muito grande e tem que ser transmitida para demais mulheres (...)” Relato de uma agricultora na oficina feita no STR na cidade de Remígio (10/04/12).

Foi apresentado por muitas mulheres que os homens começaram a permitir que elas saíssem de casa para participar das reuniões no STR sobre os FRS, desde que cumprissem suas obrigações de mães e donas de casa, paralelamente ao trabalho fora de casa. Para elas, ter a possibilidade de sair de casa e se organizar é um ganho, uma condição de demonstrar a capacidade de auto-organização, as quais elas tomam as decisões em conjunto. Desta forma, percebemos que muitas mulheres no espaço rural, ainda permanecem sob a tutela dos companheiros quanto ao direito de circulação, de ir e vir, no espaço público, pois necessitam da permissão do marido para sair de casa. Caberia a esse ponto, nos questionarmos: *essas características definem a constituição da família rural como uma permanência do modelo de família patriarcal?*

Algo observado foi o fortalecimento das mulheres dentro da comunidade, a partir do momento que essas mulheres ocupam locais de lideranças e organização, como organizadoras dos fundos, direção de cooperativas e direção sindical, contudo reproduzindo o padrão de gênero. As representações sociais construídas pelas mulheres entrevistadas estão relacionadas aos ganhos que os FRS puderam proporcionar tais como, a auto-organização do próprio Fundo, liberdade de decisão na organização dos mesmos e mediações leves nas relações de gênero. Assim, as ressonâncias dos FRS no cotidiano dos agricultores se refletem nas seguintes dimensões: 1) conhecimento de gestão do FRS, conhecimento de como gerenciar pequenos recursos e investi-los na produção agrícola; 2) poder de organização política da comunidade; 3) ampliação na visão de mundo, formação de uma cultura política distanciada das relações patrimonialistas e conhecimentos vinculados, como a agroecologia, contabilidade básica dentre outros.

Entretanto, são recorrentes nos relatos das mulheres durante a visita de campo, a falta de capacidade dos homens de reconhecer-las e ter por elas uma nova visão das suas relações. Por outro lado, observamos ao longo da pesquisa de campo uma espécie de “romantização”, “projeção” ou “idealização” das relações de gênero que pode reproduzir a dominação masculina que tanto combatem. Observamos relatos de que se faz necessário que os maridos externalizem às respectivas companheiras o seu reconhecimento de carinho e afeto, demonstrando-o inclusive por meio de ações e externalizem seus atributos como, por exemplo, a beleza física, após um dia de trabalho. Tal perspectiva, segundo nossa leitura reproduz os estereótipos veiculados pelo senso comum e mídia e reproduz a cultura assimétrica das relações de gênero. O ponto central de nossa argumentação é que a *romantização* das relações mascara a questão central que é assimetria de poder dentro da relação em suas casas e na comunidade. Sobre esse tema encontramos uma correspondência com as argumentações de VIVEIROS DE CASTRO E BENZAQUEM DE ARAUJO (1997) a respeito do mito de origem do amor romântico. Os autores supracitados no artigo “Romeu e Julieta e a origem do Estado”, desenvolvem a partir de uma leitura da obra de Shakespeare uma abordagem antropológica do amor no sentido Ocidental do termo que nos permite pensar sobre as relações entre indivíduo e sociedade. *Romeu e Julieta*, segundo os autores, pode ser lido como um mito de origem do amor romântico, uma modalidade de amor entre homem e mulher que inaugura simultaneamente um mundo novo, o Estado moderno e o indivíduo (L

Dumont). O argumento central dos autores afirma que a supracitada noção pressupõe um tipo ideal de indivíduo que se contrapõe a persona (feixe de direitos e obrigações),

O amor é uma noção que designa, na linguagem corrente, uma modalidade de afeto, ou “sentimento”; designa também determinadas relações sociais. Em síntese relações sociais em que predominaria o componente afetivo e emocional, o qual, por sua vez, estaria associado a ideia de escolha, de opção individual. A tal tipo de relações se costuma opor as relações marcadas pela obrigatoriedade, sancionadas por códigos exteriores ao indivíduo (VIVEIROS DE CASTRO; BENZAQUEM DE ARAUJO, 1977, p.132).

Neste sentido, o amor, como relação social, pressupõe indivíduos descolados de suas relações sociais e interligados com um cosmo composto de indivíduos, onde predominam relações interindividuais. “O amor (...) é visto como uma relação entre indivíduos, no sentido de seres despidos de qualquer referência ao mundo social, e mesmo contra este mundo” (p.131). Vejamos, a *romantização* das relações de gênero, em última instância também pressupõe indivíduos atomizados guiados pela afetividade e sem compromisso com a coletividade e a quebra de relações de subordinação, dentre elas as de gênero. Portanto, a questão central não é externalizar a beleza física, mas sim, construir o respeito dentro da relação e ver o “outro” como igual e não objeto ou propriedade.

Chamamos essas necessidades e incentivos expressados pelas mulheres do trato dos homens por elas de “*romantização*” das relações de gênero, tais como apontado como ganhos por elas conquistados, através da participação nos FRS. Já que a partir de vários relatos e observações, algumas delas se veem necessitadas e dão valor à mudança que os homens tiveram em elogiá-las em alguns momentos. “(...) o amor, portanto, não apaga apenas a identidade social. Mas em sua radicalidade atinge a própria identidade individual. (...)” (VIVEIROS DE CASTRO e BENZAQUEM DE ARAUJO, 1977, p.154). Desta maneira, temos que ter apurado cuidado para identificar se estão confundindo ganhos e mudanças nas suas realidades, ou acima de tudo, podendo refletir uma demonstração de expressiva dependência dessas mulheres para com os seus esposos e companheiros. Por isso, entendemos que elas acabam legitimando e reproduzindo as noções sociais e morais que se encontram envolvidas nas comunidades, refletindo a grande influência histórica e cultural da visão masculina. BOURDIEU (1995) retrata que a preservação da mulher ao espaço doméstico é visto como símbolo para manter o capital simbólico em poder da honra dos homens. Encontramos esse perfil nas comunidades visitadas durante a pesquisa, nas oficinas e durante as entrevistas, o que reforça que as mudanças são gradativas por se manter características patriarcais morais e sociais ainda presentes.

A esse respeito, Loreley et al (2011, p. 67) no livro “*Família como armadilha: a busca de fissuras no cotidiano das mulheres rurais nos cariris paraibanos*” nos apresenta uma conceituação de relações de gênero bastante pertinente e condizente com o universo rural em Remígio “*relações de gênero tem a ver com poder: não basta saber se mudou a vida da mulher, mas se conferiu-lhe autonomia, capacidade de decidir sobre o próprio destino, ou permanece na intrincada rede e relações tradicionais, barganhando voz, espaço e direito a mobilidade*”.

Desta maneira, temos que ter cuidado para não confundir ganho de espaço, podendo ser uma demonstração de dependência dessas mulheres no lugar de ganhos de liberdade, já

que elas se veem necessárias e dão valor à mudança que os homens tiveram em elogiá-las. ENGELS (1985) declara que com a utilização do casamento monogâmico existe uma perda desse poder específico [linhagem matrilinear], sendo constituído pela privatização dos bens e do monopólio por um grupo específico de homens, o qual passaria a ter o poder central da família, tornando a mulher sua propriedade.

Em “*A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*”, ENGELS (1985) acredita que a possível origem da dominação masculina sobre o gênero feminino estar condicionada ao momento que a constituição de família passa a ser determinado por um casamento monogâmico. A monogamia, segundo ele, foi à primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e convenientemente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum. Portanto, o poder exclusivo do homem sobre a família deu-se na medida em que adquire o papel de chefe de família “*A supremacia efetiva do homem na casa tinha posto por terra os últimos obstáculos que se opunham ao seu poder absoluto. Esse poder absoluto foi consolidado e eternizado pela queda do direito materno, pela introdução do direito paterno e a passagem gradual do matrimônio sindiásmico à monogamia*” (ENGELS, 1985, p. 182). Deste modo, a monogamia para Engels demarca a exploração de um sexo pelo outro, de um conflito entre os sexos, ignorados, até então, na pré-história.

Segundo (PORTELLA; SILVA, 2006, p.132) “Agricultura familiar se estrutura sob relações hierárquicas entre homem/mulher, adulto/jovem, tendo o pai como figura de poder de decisão. A agricultura familiar é lugar de opressão intra-familiar vivenciada de modo naturalizado”.

Quanto mais distante dos limites que rodeiam a construção do indivíduo em sociedade, maior será a chance de absorver conquistas e se distanciar da ligação dos contextos sociais, culturais e subjetivos da dominação aos quais estão inseridas, impedindo a redução do indivíduo a uma mera conclusão biológica, sendo necessário nossa avaliação, ampliar cada vez mais, a construção de uma nova dinâmica de poder, espaço e colocação social, (...) “o fortalecimento das mulheres do complexo da Borborema e a influência na participação nas decisões do Gov. Municipal e Estadual dando “pitaco” e participando, demonstra esse reflexo de auto-organização” (...) M.G.B.L. (15/04/12), esse relato representa que mudanças são possíveis, podendo parecer poucas ou gradativas para indivíduos que se encontra em campos com maior grau de informação e/ou esclarecimento ou fora do contexto da realidade dessas agricultoras.

NOTAS

ⁱ Graduando em Ciências Sociais e bolsista PIBIC da UFPB, projeto coordenado pela profa.Dra.Alicia Ferreira Gonçalves, do Depto de Ciências Sociais, PPGA e PRODEMA da UFPB.

ⁱⁱ Graduada em Ciências Sociais da UFPB.

ⁱⁱⁱ Sobre as diversas visões sobre o desenvolvimento consultar Gonçalves & Gussi (2012).

^{iv} “Economia Solidária deve ser entendida como produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos” (I CONAES, 2006, p.1).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, Mauricio Blanco (org). *Estrutura Agrária Mercado de Trabalho e Pobreza Rural no Brasil*. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina. Educação e realidade*, Porto Alegre, v.2, n. 20, jul./dez. 1995, p. 133-184.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES - “*Como Estratégia e Política de Desenvolvimento*”, 2006, Brasília. Anais. Portal do Trabalho e Emprego, Brasília. Ministério do Trabalho e Emprego. Acesso em: Junho de 2012. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES - “*Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável*”. Documento Base Nacional Sistematizado. Portal do Trabalho e Emprego. Brasília. Ministério do Trabalho e Emprego; Economia Solidária, [atualizado em 2010, Maio; acesso em: 2011, Set, 09] Disponível em: http://www.mte.gov.br/conaes/doc_sistematizado.pdf

CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1987.

DUQUE; OLIVEIRA, Socorro. *Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba*. V Congresso Europeu CEISAL de Latino americanistas. Bruxelas: Bélgica, 2007. 10p.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985.

FERNADES, Bernardo Mançano et al. *Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil*. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WILCO, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Políticas fundiárias no Brasil. GOVERNANÇA DA TERRA NO SÉCULO XXI: SESSÕES FRAMING THE DEBATE, v 2, 2012, 64 p.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Cadernos 1 e 2. Fortaleza, 2007.

GÊNERO e políticas públicas. *Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo e Gênero e políticas públicas: iniciativas de governos subnacionais no Brasil*. Revista Estudos Feministas, 2002, 47 – 67 p.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Parte I *Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura*. Rio de Janeiro: LCT, 2011, 3-24 p.

GOMES, André L.C. – Relatório Final PIBIC. Título do Projeto: Economia da dádiva e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. UFPB. (2012).

GONÇALVES, Alicia Ferreira; GUSSI, Alcides Fernando. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas na Paraíba: os dilemas entre universalismos e particularismos In: ANDRADE, Maristela; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Gestão e desenvolvimento socioambiental na Paraíba: concepções e práticas*. João Pessoa: Editora da UFPB, v 1, 2012, 47-70 p.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. A História dos Fundos Rotativos Solidários no estado da Paraíba: A Construção político – institucional de uma política pública. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v 1, n 1, fev. 2010.

LORELEY, Gomes Garcia (Coordenadora) et al. *FAMÍLIA COMO ARMADILHA: a busca de fissuras no cotidiano das mulheres nos cariris paraibanos*. João pessoa: Editora Universitária da UFPB, 201, 216p.

MOREIRA, Emília; TAGINO, Ivan. De território de exploração a território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-árido paraibano. *Revista NERA* – v 10, n 10 – Janeiro/Junho de 2007.

MOREIRA, Emília. *Por um Pedaco de Chão*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA Xavier; PACELIUKA Silva, Kamila; DAIANE Ciriaco, Cássia; *Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso*. Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*, v 18, n 2, maio-agosto, 2010, p. 425-450.

PORTELLA, A. P; SILVA, C. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do nordeste do Brasil. IN: SCOTT, P; CORDEIRO, R. (Org's). IN **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Editora UFPE: RECIFE, 2006.

SEGATO, Rita Laura. *O percurso do gênero na antropologia e para além dela*. Brasília, Serie Antropología, n 236, 1998. 22p.

STOLKE, Verena. *La mujer es puro cuento: La cultura del género*. Florianópolis, *Revista de Estudos Feministas*, 12 (2):264, maio/agosto, 2004. 77- 105 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. "*Romeu e Julieta e a origem do Estado*". In: VELHO, Gilberto. *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, 130-169 p.